



# InfoSNESup

---

Número 35 – Abril de 2006 - 2ª Quinzena

---

## SUMÁRIO

- ✓ **Background Report – Um relatório minoritário sobre o Ensino Superior**
- ✓ **Assistentes do Politécnico: exigências abusivas de reposição**
- ✓ **Faculdade de Letras da Universidade do Porto elege delegados sindicais do SNESup**
- ✓ **IPP: Bolsa de desemprego ainda mexe**
- ✓ **Santa Casa da Misericórdia de Lisboa: Primeiro acordo de empresa?**
- ✓ **Revista do SNESup inaugura novo ciclo**
- ✓ **Apoio jurídico**
- ✓ **Comissão Nacional de Defesa para uma Carreira dos Encarregados de Trabalhos recebida na Assembleia da República**

---

---

## **BACKGROUND REPORT – UM RELATÓRIO MINORITÁRIO SOBRE O ENSINO SUPERIOR**

Na semana que terminou a 21 de Abril, um relatório técnico produzido sob a chancela do MCTES foi divulgado, e passou para a opinião pública, como se tivesse sido produzido pela OCDE.

Esse relatório, conhecido como *Background Report*, foi tão só produzido pelo MCTES para a OCDE. Esta organização, como se sabe, está incumbida de organizar o processo de avaliação internacional do sistema de ensino superior. Em Fevereiro, ocorreu uma primeira visita do Director de Educação e Formação da OCDE, em Maio a equipa de avaliadores deslocar-se-á a Portugal e no final de 2006 será apresentado publicamente o relatório de avaliação.

O pendor interpretativo assumido no *Background Report*, que em regra se limita a ser descritivo, bem como a sua restritiva divulgação denotam o carácter instrumental, tendencioso e ideológico deste relatório.

Conjugado com o facto de ter existido uma intenção deliberada de fazer passar, junto da opinião pública, este relatório como um produto da OCDE, não deixa de ser singular o facto do *Background Report* apresentar, além do diagnóstico, as soluções “óbvias”.

Entre elas foram desde logo mediatizadas, como pretensas propostas da OCDE, a necessidade do aumento das propinas e da racionalização da oferta (leia-se emagrecimento) para assegurar a promoção da qualidade do ensino superior. Conjugadas e sobretudo

instrumentalizadas, estas duas ideias pretendem fazer passar a ideologia de um investimento estatal suficiente no ensino superior português.

Porém, a generalidade dos indicadores, quer quando nos comparamos com a realidade geográfica e realisticamente mais próxima (Espanha), quer quando nos comparamos com realidades distantes mas retoricamente reverberadas como modelos a seguir (Finlândia), revela a crueza da situação do ensino superior em Portugal.

<b>Unidade territorial</b>	<b>a</b>	<b>b</b>	<b>c</b>	<b>d</b>
<b>EU 25</b>	7945.9	37,1	1,8	16,0
<b>Eu 15</b>	8562.3	36,9	1,8	16,7
<b>Espanha</b>	6924.9	34,7	1,6	7,9
<b>Portugal</b>	4328.8	26,7	1,4	4,9
<b>Finlândia</b>	10160.0	43,2	2,4	17,8

- a) Despesas anuais por estudante inscrito no Ensino Superior (em Euros PPS). *Eurostat*, 2002
- b) Despesas anuais por estudante inscrito no Ensino Superior em relação ao PIB per capita. *Eurostat*, 2002
- c) Rácio das despesas públicas anuais por estudante do ensino superior público por referência às despesas públicas anuais por estudante do ensino básico. Eurostat, 2003.
- d) Despesas em assistência social a estudantes do ensino superior (% do total de despesas públicas em educação). Eurostat, 2002

Talvez por isso não seja de admirar que o *Background Report* tenha sido elaborado e mantido num estatuto de confidencialidade, sem que tenha sido submetido a qualquer discussão pública. No secretismo da sua existência não deixou de tentar ganhar o estatuto de documento independente. Assim como, repetindo procedimentos recentes do MCTES, encena uma participação alargada sem correspondência na prática. Contrariamente à nota divulgada pelo MCTES em 11 de Abril, que informava terem os parceiros institucionais e sociais (designadamente os sindicatos) terem sido contactados no âmbito da primeira visita da OCDE a Portugal, e que o *Background Report* seria remetido à OCDE depois de ouvidos esses parceiros, tendo até sido distribuída pelos parceiros uma primeira versão do relatório, o SNESup (Sindicato que mais docentes do ensino superior representa) desmente o teor dessa nota publicada na página electrónica do MCTES. Manifesta também, desde já, a sua apreensão relativamente à independência do processo de avaliação internacional do ensino superior, uma vez que a mesma nota falaciosa informa que “a próxima visita a Portugal da equipa da OCDE incluirá várias entrevistas e contactos institucionais, de forma a garantir a independência do processo solicitado pelo Governo à OCDE”.

## **ASSISTENTES DO POLITÉCNICO: EXIGÊNCIAS ABUSIVAS DE REPOSIÇÃO**

Conforme o SNESup oportunamente noticiou, o Decreto-Lei nº 50-A/2006, de 10 de Março (Decreto-Lei sobre a Execução Orçamental) proibiu – em 2006 – que se pague aos assistentes que exercem funções como professores adjuntos a gratificação prevista no Estatuto de Carreira. Como o Decreto-Lei sobre Execução Orçamental, que é um diploma que disciplina internamente a Administração Pública, produz efeitos desde 1 de Janeiro, já temos algumas escolas a exigirem reposições.

Divulgaremos dentro de dias uma minuta de requerimento a entregar para efeitos de relevação da reposição.

## **FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO ELEGE DELEGADOS SINDICAIS DO SNESup**

Realizou-se no passado dia 26 de Abril a eleição dos representantes sindicais do SNESup na FLUP. A lista apresentada, para além de dois efectivos e dois suplentes, incluiu outros três subscritores.

Entre os representantes eleitos figura a colega Madalena Fonseca, membro da Direcção, que em conjunto com o colega José Rodrigues, do ISEP, também membro da Direcção, vem assegurando a coordenação da Delegação Regional do SNESup ([www.snesup.pt](http://www.snesup.pt), Quem Somos).

### **IPP: BOLSA DE DESEMPREGO AINDA MEXE**

A Bolsa de Desemprego criada pelo Presidente cessante do IPP e contestada pelas estruturas sindicais do SNESup continua a dar que falar. É que a Bolsa não serve apenas para o recrutamento de novos colaboradores, o que seria admissível, sem prejuízo da necessidade de abertura de concursos em boa e devida forma. Prevê também a colocação na Bolsa de Emprego (podendo não ter o contrato renovado), de colegas que, por falta de lugares de quadro e de abertura de concursos, há muitos anos estão "parqueados" como assistentes, equiparados a assistentes e equiparados a adjuntos. Nomeadamente, quando pretendem fazer progredir a sua carreira e aumentar o seu vínculo à escola ou melhorar a sua situação por qualificações adquiridas e serviços prestados.

Os delegados sindicais do SNESup têm acompanhado o caso junto dos órgãos de gestão, tendo havido já vários desenvolvimentos positivos. Em breve irão reunir com vista a definirem outras acções a desencadear.

Importa que as escolas em que ainda não há delegados procedam à respectiva eleição.

### **SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA: PRIMEIRO ACORDO DE EMPRESA?**

A Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, pessoa colectiva privada controlada pelo Estado, é titular da Escola Superior de Saúde do Alcoitão, à qual se aplica também um regime de direito privado. Em 1998, os docentes, organizaram-se no SNESup elegeram delegados sindicais, obtiveram no quadro de um processo negocial que envolveu a Direcção e os delegados sindicais, a definição de um regulamento de carreira docente muito próximo do Estatuto da Carreira do Pessoal Docente do Instituto Superior Politécnico. No caminho, realizaram uma greve e conseguiram afastar um Director que, como alguém disse na altura, caiu de pára-quedas e saiu de patins.

A SCML convocou agora os Sindicatos para um processo negocial visando instituir pela primeira vez um acordo de regulação de relações laborais.

Tentaremos defender o regulamento de carreira docente vigente e conseguir algumas melhorias.

Para já, foram eleitos delegados sindicais que dinamizarão a discussão e integrarão a Comissão Negociadora Sindical.

## **REVISTA DO SNESup INAUGURA NOVO CICLO**

Encontra-se em distribuição o número 20 de *Ensino Superior – Revista do SNESup*. Com esta edição, a Revista inaugura um novo ciclo, marcado por um novo grafismo. José Peixe, membro da Direcção do SNESup, é o novo Director da Revista. As carreiras do Ensino Superior, os concursos para professor associado, o processo de Bolonha, reflexões sobre o doutoramento e uma entrevista ao Presidente da Direcção do SNESup compõem o miolo deste número da Revista.

## **APOIO JURÍDICO**

Na sequência da publicação, ainda sob o mandato da anterior Direcção, de um apelo à apresentação, por parte de advogados, de manifestações de interesse quanto a uma eventual colaboração com o SNESup, estamos a trabalhar com os Drs. José Henriques Martins (Porto), Paulo Veiga e Moura (Coimbra), José António Covas, Linhares de Carvalho e Daniela Velho (Lisboa).

Os substabelecimentos a que haverá lugar estão a ser comunicados aos associados interessados.

## **COMISSÃO NACIONAL DE DEFESA PARA UMA CARREIRA DOS ENCARREGADOS DE TRABALHOS RECEBIDA NA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA**

A Comissão Nacional de Defesa para uma Carreira dos Encarregados de Trabalhos foi recebida, a 19 de Abril, pelos Grupos Parlamentares do Partido Socialista, Partido Social Democrata e Centro Democrático Social. Os Encarregados de Trabalhos têm visto sucederem-se vários Governos sem, não obstante as promessas de empenho político e de reconhecimento da justeza da causa da Comissão que constituíram, verem as suas pretensões de integrarem a carreira técnica satisfeitas.

---

**Lisboa** - Av. 5 de Outubro, 104, 4º - 1050-060 LISBOA – Atendimento - 10 - 13 e 14 - 18 Horas  
Telefone 21 799 56 60 - Fax 21 799 56 61 – N° Verde: 800202826 - [snesup@snesup.pt](mailto:snesup@snesup.pt)

**Porto** - Av. da Boavista, 1167, 5.1 - 4100-130 PORTO – Atendimento - 9 - 13 e 14 - 17 Horas  
Telefone 22 543 05 42 - Fax 22 543 05 43 - [snesup.porto@snesup.pt](mailto:snesup.porto@snesup.pt)

**Coimbra** - Rua Casal dos Vagares, 12 - 3030-141 COIMBRA – Atendimento - 10 - 13 e 14 - 18 Horas  
Telefone 23 978 19 20 - Fax 23 978 19 21 - [snesup.coimbra@snesup.pt](mailto:snesup.coimbra@snesup.pt)